

# PERCURSOS E DISCURSOS SOBRE PALEONTOLOGIA, TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ROTA DAS GRUTAS PETER LUND, MG

## ROUTES AND DISCOURSES ABOUT PALEONTOLOGY, TERRITORY AND ENVIRONMENTAL EDUCATION ON THE “PETER LUND CAVES ROUTE”, MG

## RUTAS Y DISCURSOS SOBRE PALEONTOLOGÍA, TERRITORIO Y EDUCACIÓN AMBIENTAL EN LA “RUTA DE LAS CUEVAS PETER LUND”, MG

Camila Neves Silva <sup>1</sup>, Angélica Cosenza <sup>2</sup>

### Resumo

Há muitos geossítios brasileiros em contextos de problemas socioambientais, possibilitando aproximações entre Paleontologia e Educação Ambiental. Especialmente, no Parque Estadual do Sumidouro (PESU), na Rota das Grutas Peter Lund (RGPL), em MG, vemos disputas territoriais e invisibilização da comunidade local. Objetivando compreender como discursos de sujeitos locais insinuam significações sobre Paleontologia, pertencimento ao território/patrimônio e processos educativos em Educação Ambiental (EA), analisamos, por meio da Análise Crítica do Discurso (ACD) entrevistas com a comunidade local. Os resultados indicam discursos hegemônicos e uma EA acrítica e descontextualizada, contribuindo para a manutenção de desigualdades. Também encontramos discursos contra-hegemônicos, por onde a EA crítica pode contestar essas desigualdades. Destarte, esses resultados apontam possibilidades educativas potentes, incluindo a participação comunitária em geossítios brasileiros.

**Palavras-chave:** Paleontologia; Educação Ambiental Crítica; Análise Crítica do Discurso; Ecologia Política.

### Abstract

There are many Brazilian geosites in contexts of socio-environmental problems, enabling connections between Paleontology and Environmental Education. Especially, at Sumidouro State Park (PESU), in Peter Lund Caves Route (RGPL), in MG, we see territorial disputes and invisibilization of the local community. Aiming to understand how local subjects' speeches insinuate meanings about Paleontology, belonging to the territory/heritage and educational processes in Environmental Education (EA), we analyzed, through Critical Discourse Analysis (ACD), interviews with the local community. The results indicate hegemonic discourses and an uncritical and decontextualized EA, contributing to the maintenance of inequalities. We also find counter-hegemonic discourses, through which critical EA can contest these inequalities. Therefore, these results point to powerful educational possibilities, including community participation in Brazilian geosites.

**Keywords:** Paleontology; Critical Environmental Education; Critical Discourse Analysis; Political Ecology.

### Resumen

Hay muchos geositos brasileños en contextos de problemas socioambientales, permitiendo conexiones entre Paleontología y Educación Ambiental. Especialmente, en el Parque Estatal Sumidouro (PESU), en la Ruta De Las Cuevas Peter Lund (RGPL), en MG, vemos disputas territoriales y la invisibilización de la comunidad local. Con el objetivo de comprender cómo los discursos de los sujetos locales insinúan significados sobre la Paleontología, la pertenencia al territorio/patrimonio y los procesos educativos en la Educación Ambiental (EA), analizamos, a través del Análisis Crítico del Discurso (ACD), entrevistas con la comunidad local. Los resultados indican discursos hegemónicos y una EA acrítica y descontextualizada, contribuyendo al mantenimiento de las desigualdades. También encontramos discursos contrahegemónicos, a través de los cuales la EA crítica puede cuestionar estas desigualdades. Así, estos resultados apuntan poderosas posibilidades educativas, incluida la participación comunitaria en geositos brasileños.

**Palabras clave:** Paleontología; Educación Ambiental Crítica; Análisis Crítico del Discurso; Ecología Política.

<sup>1</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora, MG, Brasil. **E-mail:** camilaneves.bio@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora, MG, Brasil. **E-mail:** angelica.cosenza@ufjf.br

## 1. Introdução

Com uma grande riqueza cultural e uma biodiversidade mundialmente reconhecida, o Brasil também conta com uma exuberante diversidade em termos geológicos, fruto de seu passado e das transformações ao longo das eras de um tempo profundo. Essa associação de elementos abióticos, com diversos valores e interesses que compõem a natureza em determinado recorte geográfico relaciona-se ao conceito de geodiversidade (Meira; Brito; Morais, 2016). Podemos atribuir à geodiversidade brasileira diferentes valores e interesses, a exemplo do científico, do cênico, do turístico e do valor para a Educação Ambiental (EA). Destarte, além da importância para o bem-estar do meio natural, a conservação da geodiversidade é cara à manutenção de um patrimônio diretamente relacionado à história da Terra, à valorização das relações socioambientais, ao turismo e, indiscutivelmente, ao fornecimento de bens minerais diversos (Meira; Brito; Morais, 2016).

Importantes componentes da geodiversidade, os restos ou vestígios de seres pretéritos, os fósseis (do latim *fossilis*, que significa “extraído da terra”), são o principal objeto de estudo da Paleontologia, uma ciência interdisciplinar que vem ganhando espaço nos cenários mundial e brasileiro, por meio de centros de pesquisa, museus e pontos de interesse científico e turístico, tais como os geossítios (Carvalho, 2010). Os fósseis são considerados, pela Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988), como patrimônio cultural, educacional e científico, além de serem parte do patrimônio geológico/paleontológico nacional. Os sítios geológicos, paleontológicos, espeleológicos (ambientes de grutas e cavernas) e outros ambientes nos quais esses fósseis possam ser encontrados, fazem parte do patrimônio mundial, podendo ser focos de programas de conservação (Viana; Carvalho, 2019), especialmente quando inseridos em Unidades de Conservação (UCs).

Embora seja interessante à manutenção desse patrimônio, a criação de UCs em geossítios muitas vezes pode se dar de forma conflituosa quando não há consulta (ou participação) aos/às moradores/as do entorno, levando a problemas/conflitos ambientais. Pode acontecer de as comunidades do entorno de uma UC terem seu livre acesso proibido ao efetivar-se sua implantação, como se deu com o Parque Estadual do Sumidouro (PESU), na Área de Proteção Ambiental (APA) Carste de Lagoa Santa, MG, que compõe a chamada Rota das Grutas Peter Lund (RGPL), parte do Circuito das Grutas de Minas Gerais. A comunidade local utilizava há gerações o pasto da área para a criação de animais, e a Lagoa do Sumidouro para pesca e lazer, mas ficou apartada do processo decisório, sendo alteradas suas relações com o território, e seus modos de vida (Padoan; Souza, 2013).

As comunidades dos arredores de sítios de importância paleontológica são, frequentemente, objetificadas pelo turismo de mercado e afetadas pela mineração (as rochas fossilíferas muitas vezes têm valor comercial), podendo haver a remoção e/ou insatisfação dos/as moradores/as do entorno e a mudança nos seus modos de vida (Silva; Cosenza, 2021). É possível, até mesmo, haver a invisibilização ou o silenciamento de certas culturas e religiosidades em detrimento das crenças de grupos no poder (Silva, 2022), aos quais aqui nos

referimos como sendo grupos em uma posição privilegiada no que diz respeito ao acesso à informação ligada ao conhecimento científico, bem como a participação em processos decisórios relacionados à gestão e à tomada de decisões em UCs. Situações de injustiça ambiental<sup>3</sup> podem, assim, surgir nesses locais.

Outra questão relacionada a essas áreas, que vem gerando preocupações, é a implantação do Programa de Concessão em Parques Estaduais (Parc), do governo de MG. O Parc consiste em uma nova forma de gestão desses parques (e de geossítios neles inseridos), envolvendo a transferência da gestão da visitação para a iniciativa privada e possibilitando a rentabilidade econômica da esfera privada sobre tais espaços. Segundo grupos ligados à gestão dessas áreas, isso pode atrair o turismo para a região, movimentando a economia local e desonerando o Instituto Estadual de Florestas (IEF) de algumas incumbências (Silva, 2022). Mas há a possibilidade de que o Parc torne essas áreas acessíveis a apenas uma parcela da sociedade. Em um momento histórico tomado pelo que Layrargues (2020) chama de antiecológico, vemos uma disputa de forças entre ecologia e economia, demarcando um novo e frágil período para a relação entre desenvolvimento e natureza. Essa mercantilização da natureza é um risco sob o qual já se encontra a RGPL desde 2021, com a assinatura da concessão das três Unidades de Conservação nela inseridas: o Monumento Natural Estadual Peter Lund (que contempla a Gruta do Maquinê), em Cordisburgo, o Monumento Natural Estadual Gruta Rei do Mato (que contempla a gruta homônima), em Sete Lagoas, e o PESU, em Lagoa Santa (onde há a Gruta da Lapinha) e Pedro Leopoldo (Silva, 2022).

Vemos, assim, abertas as possibilidades de exploração dos bens ambientais e de expropriação das comunidades locais. Como ressaltam Sancho-Pivoto et al. (2022), frente a essas possibilidades, as práticas tradicionalmente exercidas há gerações pelas comunidades locais e o uso desse bem público pela sociedade ficam sobremaneira comprometidos. Dessa situação, resultam desafios para a garantia dos direitos sociais de ampliação da participação da gestão desses espaços, os quais podem ser exemplificados por: descentralizar e incentivar os processos decisórios com participação da sociedade para uma gestão mais democrática; permitir a transparência dos processos aliada à valorização dos saberes e valores locais; visibilizar e fortalecer as comunidades e lideranças locais (Sancho-Pivoto et al., 2022).

Diante dessas possibilidades, faz-se importante entender a contribuição da EA na defesa da vida, da natureza e de seus povos, lutando pelo direito ao ambiente e à participação de comunidades em projetos que afetem seus territórios, suas memórias, seus saberes e fazeres. Entretanto, é comum que a EA presente em ambientes turísticos, como os geossítios, pouco se relacione com a realidade local, deixando de problematizar a integração entre moradores/as e o território, bem como o potencial dos fósseis como patrimônio. Os saberes locais são comumente

---

<sup>3</sup> O conceito de injustiça ambiental remete ao movimento pela Justiça Ambiental, iniciado nos Estados Unidos nos anos 1980, que trouxe à tona discussões sobre a inseparabilidade entre ambiente e sociedade, e a problematização de situações de vulnerabilidade ligadas a riscos ambientais (Bullard, 2005). Assim, remete a uma carga desproporcional/desigual de riscos aos quais grupos oprimidos (e muitas vezes expropriados de seus territórios) encontram-se frequentemente expostos.

invisibilizados e os ganhos com o turismo, em sua maioria, não representam ganhos socioeconômicos para as comunidades (Silva, 2022).

No contexto dos geossítios brasileiros é necessário entender quais relações são invisibilizadas, silenciadas ou contestadas, por meio de discursos que possam ajudar a desvelar situações de vulnerabilidade socioambiental e injustiça. O modo como esses discursos são construídos pode dizer muito quanto às visões hegemônicas (ou contestatórias) sobre a Paleontologia enquanto ciência, sobre o território, o ambiente e o patrimônio, bem como a invisibilização de injustiças, além de outros aspectos comumente desvelados pela Análise Crítica do Discurso (ACD). Ajudando a investigar o sentido ou os significados produzidos por meio da linguagem em contextos específicos, a ACD permite compreender a funcionalidade da linguagem na prática social, já que considera a linguagem como parte dessa prática (Fairclough, 2003; Ramalho; Resende, 2011, Resende 2019).

A ACD, enquanto campo heterogêneo, refere-se a todo um conjunto de abordagens científicas interdisciplinares que ajudam na percepção de problemas sociais com aspectos semióticos e no questionamento de processos de desigualdade socioambiental em contextos e discursos em que possam se encontrar apagados ou invisibilizados (Ramalho; Resende, 2011). É importante dizer que, para a ACD, existe uma diferença entre Discurso e Discursos. Enquanto o primeiro é considerado parte irredutível da prática social relacionada à linguagem, o segundo corresponde a demonstrações da vida social resultantes de certos posicionamentos assumidos. Ou seja, para a ACD, o primeiro é um substantivo abstrato, enquanto o segundo remete a um substantivo concreto, por referir-se a modos de representar uma parte do mundo, de acordo com certos interesses.

Destarte, a ACD pode contribuir para uma visão mais ampla e contextualizada da Paleontologia, além de uma EA alternativa, crítica, transformadora e emancipatória, por ajudar a incorporar percepções críticas que auxiliem na luta por uma nova sociedade, trazendo dialogicidade, problematização e conscientização, sem se dissociar dos conflitos socioambientais. Em uma abordagem que venha a contribuir com uma melhor compreensão das relações da comunidade do entorno da RGPL com seu patrimônio paleontológico e como essas relações são atravessadas e atravessam a EA, propusemos, como objetivo deste trabalho, entender como os discursos dos sujeitos locais insinuam significações sobre: 1) Paleontologia; 2) pertencimento ao território e ao patrimônio; e 3) a própria EA que emerge desses e nesses espaços. Por meio da ACD, intentamos compreender as estruturas sociais, as relações de poder e as possíveis situações de injustiça ambiental vivenciadas nos arredores da RGPL. Assim, podemos tecer conexões importantes sobre visões contra-hegemônicas de pensar o território, o ambiente e a educação, contribuindo com reflexões sobre a possibilidade de transformação social desses espaços por meio da leitura crítica da realidade.

Quando falamos em injustiça ambiental, é importante mencionar que intentamos trazer, neste trabalho, questões caras à EA em conexão com a Ecologia Política, campos nos quais a luta pela Justiça Ambiental se insere. A Ecologia Política, um recente campo de conhecimento (e campo também político, de acordo com Leff, 2021) propõe um giro eco-político por meio de estratégias e experiências ligadas à perspectiva do socioambientalismo (Martínez-Alier, 2015),

partindo do encontro de distintos modos de compreender e construir a vida. Através de concepções que contestam a apropriação hegemônica da natureza, dos territórios e dos bens ambientais, ela possibilita o “confronto de racionalidades na apropriação social da natureza, na atuação do metabolismo da biosfera e na construção de um futuro sustentável” (Leff, 2021, p. 433).

Consideramos também a Ecologia Política em seu encontro com a EA, já que ambos os campos, em suas vertentes críticas, apresentam lugares enunciativos em comum, por problematizarem e discutirem a degradação ambiental resultante da lógica capitalista em seus vários aspectos, ancorando-se na luta política contra-hegemônica. Como a luta pela natureza é também a luta pela vida, a confluência entre os campos permite o fortalecimento de um movimento político-pedagógico contra injustiças ambientais, combatendo desigualdades e opressões (Layrargues; Puggian, 2016).

A EA crítica que emerge de territórios onde há problemas socioambientais ligados à mercantilização da natureza pode apresentar uma dimensão pedagógica. Isso, devido ao potencial dessa EA nesses territórios para auxiliar na formação ecológica e na luta dos grupos oprimidos em prol da Justiça Ambiental, problematizando a realidade opressora. Assim, a EA com compromisso social auxilia na busca por conhecer e compreender a complexidade ambiental que se dá em territórios conflituosos, bem como as possibilidades de emancipação socioambiental e educacional por meio da luta pelo território e pela gestão participativa da natureza (Layrargues; Puggian, 2016).

Colocamo-nos, portanto, no movimento de pensar a aproximação entre os campos da Paleontologia e da EA, enquanto forma de denúncia (de modos insustentáveis) e anúncio (de modos sustentáveis de vida). Consideramos importante atentarmo-nos a discursos, políticas e práticas antiecológicas, para que possamos pensar formas de lutar democraticamente contra eles (Layrargues, 2020), em uma EA comprometida socialmente com a Justiça Ambiental.

## 2. Percursos de investigação teórico-metodológicos na Rota das Grutas Peter Lund

A Linguagem é parte irredutível da vida social e, portanto, campo de disputa (Fairclough, 2001). Como o discurso não só informa, mas também ajuda a criar, recriar, transformar, moldar, performar determinada realidade, a ACD formulada por Norman Fairclough, e revista por muitos/as autores/as, dentre eles/as brasileiros/as, como Viviane Ramalho e Viviane Resende (Ramalho; Resende, 2011; Resende, 2019), ajuda a questionar processos de desigualdade, expondo aspectos possivelmente ocultos em contextos e discursos. A ACD, assim, tem potencial para a mudança social daqueles/as que se encontram em situação de opressão (Fairclough, 2003).

Assim como o faz a EA Crítica, a ACD pode ajudar na denúncia de desigualdades e injustiças ambientais, anunciando novas possibilidades, já que ela ajuda a desvelar os possíveis efeitos ideológicos dos textos na prática social. Olhar para os discursos das comunidades

permite, portanto, colocar eticamente em pauta a disputa de poder sobre a qual o discurso se constrói.

Com nosso objetivo de olhar para os discursos da comunidade local, utilizamo-nos, aqui, de uma abordagem de investigação qualitativa que dialoga com os pressupostos teórico-metodológicos da ACD direcionando nossa análise para amostras discursivamente situadas. Para tal, demos início às entrevistas aos sujeitos, em uma estratégia descrita a seguir.

Primeiramente, selecionamos sujeitos ligados ao PESU, ponto de destaque na RGPL. Essa Rota adveio de um projeto que objetivou impulsionar o desenvolvimento econômico e o turismo na região, tendo como atrativo principal o legado de Peter Lund, dinamarquês considerado o pai da Paleontologia Brasileira, que percorreu as grutas da região durante o século XIX. A Rota tem como marco zero a cidade de Belo Horizonte, e passa por Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Sete Lagoas e Cordisburgo, todos municípios mineiros onde se encontram importantes grutas (Silva, 2022). Para nossa análise discursiva das entrevistas à comunidade local, consideramos, portanto, apenas os arredores do PESU, onde se localiza a Gruta da Lapinha (Figura 1) e onde se concentra a maior parte dos problemas socioambientais já levantados para os arredores da RGPL (Silva, 2022).

O PESU é localizado dentro da APA Carste de Lagoa Santa, a 30Km do município de Belo Horizonte. Além de apresentar vasta vegetação e belas feições geomorfológicas em rochas calcárias, contém rico patrimônio paleontológico, arqueológico, espeleológico e cultural, embora seja foco de ameaças diversas, especialmente devido a fatores como: expansão urbana, exploração mineral, expansão de áreas para a agricultura, além da utilização incorreta dos recursos hídricos, o que deixa a área ainda mais susceptível, já que o sistema cárstico (característico desse tipo de rocha, como o calcário) é frágil por natureza.

Delimitada a área de pesquisa, selecionamos os sujeitos a serem entrevistados. Tal seleção foi feita com base em um e-mail trocado com uma moradora local após uma ida prévia a campo, em 2018, em que ela se disponibilizou a participar da pesquisa, por ser integrante de uma associação de moradores que se preocupa com as questões socioambientais locais. Com a intercorrência da pandemia, ela foi acionada para que pudesse ceder o contato de demais sujeitos que morassem na região, os quais, por sua vez, mostraram-se solícitos em indicar outros contatos que julgassem interessantes à pesquisa.

Em seguida, demos início às entrevistas semiestruturadas, cujo roteiro baseou-se nos temas: **História de Vida** (de onde veio e o porquê de ter se estabelecido na área); **Relação com o PESU**; **Significação da Paleontologia** (ou dos fósseis da região) para o/a entrevistado e para outros/as moradores/as locais; **Turismo e suas implicações**; **Relação entre Moradores/as e a tomada de decisões relativas ao Parque ou à APA**; **Possíveis problemas ambientais locais**; **Cultura local, memórias e afetos**, bem como demais assuntos pertinentes que surgissem durante as conversas. Todas as entrevistas foram feitas por videochamada, mediante concordância dos sujeitos entrevistados com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(TCLE), com duração média de 1 hora e 30 minutos<sup>4</sup>, em um período de 8 meses, entre os anos de 2021 e 2022. Dez sujeitos, dentre eles monitores/as ou ex-monitores/as ambientais do parque, ex-gestores ambientais e voluntários/as, todos/as moradores dos arredores do PESU (embora alguns tenham vindo há algumas décadas de outras cidades, como Belo Horizonte), foram entrevistados<sup>5</sup>.

**Figura 1:** Mapa turístico contextualizando a Rota das Grutas Peter Lund no Circuito das Grutas de Minas Gerais.



Fonte: Página eletrônica do Circuito das Grutas de Minas Gerais<sup>6</sup>

Nas análises, utilizamos os cognomes inspirados no trabalho de Tatagiba (2008), que descreve as plantas típicas do cerrado mineiro que aparecem na obra Grande Sertão: Veredas, de Guimarães Rosa (Tatagiba, 2008), escritor nascido em Cordisburgo, cidade integrante da RGPL, e que se inspirou grandemente na paisagem regional em seus escritos. As entrevistas apresentadas neste artigo consistem em momentos de diálogo com sete sujeitos, sendo eles: **Jatobá**, monitora ambiental nascida e criada em Fidalgo, distrito de Pedro Leopoldo; **Buriti**, ex-monitor ambiental do PESU e produtor de queijos e doces, nascido em Pedro Leopoldo,

<sup>4</sup> Como as entrevistas eram fluidas, algumas foram mais curtas e outras, mais longas, conforme a necessidade de exposição dos sujeitos sobre as questões levantadas.

<sup>5</sup> Para tornar o texto mais sucinto e objetivo, nem todos os sujeitos entrevistados estão representados por segmentos discursivos neste artigo.

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://circuitodasgrutas.com.br/circuito-turistico/>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

onde ainda reside; **Jenipapo**, monitor ambiental voluntário e integrante de Organização Não Governamental (ONG) ligada à Gruta da Lapinha, sendo também proprietário de uma pequena pousada (embora seja oriundo de Belo Horizonte, vive há mais de 30 anos na Lapinha, bairro de Lagoa Santa); **Copaíba**, ex-monitora do Museu da Lapinha, educadora ambiental, atuante em ONGs e filha de um arqueólogo com importância histórica para a região, nascida na Lapinha; **Macaúba**, analista ambiental e pesquisadora, vinda de Belo Horizonte, embora frequente Lagoa Santa desde criança; **Tamboril**, ex-gestor ambiental do PESU, nascido e residente em Pedro Leopoldo; e **Ingá**, ex-gestor ambiental da APA Carste de Lagoa Santa, nascido em Belo Horizonte, embora resida há muitos anos em Lagoa Santa;

Ao longo do processo de transcrição das entrevistas, escolhemos o melhor modo de analisá-las pela perspectiva da ACD. Partindo da codificação, destacamos por cores os segmentos discursivos que pudessem ser agrupados por aspectos semelhantes, organizando os dados em grupos temáticos, os quais consistiram em três grandes grupos (que denotam significações acerca da paleontologia, do território e da EA), que foram essenciais para realizarmos a escolha dos segmentos representativos em cada um deles, bem como a análise lexical de tais segmentos. Essa etapa consistiu na análise dos processos de escolha que envolvem o universo vocabular e os aspectos discursivos.

Privilegiamos a análise da intertextualidade, a qual, segundo Bakhtin (1997), permite identificar, dentro dos textos, fragmentos de outros textos, ou seja, a expressão de vozes e visões que insinuam distintas concepções ideológicas dentro desse texto. Desvelando a intertextualidade, conseguimos desvelar o posicionamento discursivo em lutas hegemônicas. Assim, entendemos a intertextualidade como a capacidade de incorporar outros discursos, por uma motivação ideológica, permitindo que os discursos reafirmem, reestruturem ou, ainda, contestem as estruturas discursivas.

Neste artigo, escolhemos explorar a intertextualidade através de diferentes categorias pelas quais ela pode ser representada, principalmente por meio da representação discursiva/representação de atores sociais, que consiste na relação que podemos tecer entre o significado representacional dos atores e certos discursos, o que revela as distintas maneiras como os atores envolvem-se nas várias práticas (Ramalho; Resende, 2011). Também buscamos entender como os processos ideológicos operam no texto, segundo Fairclough (2001) e Ramalho e Resende (2011), para quem ideologia é um conceito ancorado em Thompson (1995), o qual postula, criticamente, que ela é um dos modos de assegurar, ainda que temporariamente, o poder hegemônico (dos grupos em uma posição de privilégio, conforme mencionamos anteriormente) por meio de uma representação de mundo tratada como a legítima e única possível. Inspirando-nos em Thompson (1995), buscamos identificar processos ideológicos nos segmentos discursivos pelos chamados modos de operação da ideologia, muito válidos para a ACD (Ramalho; Resende, 2011) e explicados durante as análises.

A seguir, apresentamos os resultados do estudo, partindo dos segmentos discursivos que nos foram mais significativos quanto ao objetivo desta pesquisa.

### 3. Percorrendo os caminhos discursivos: o que dizem os sujeitos ligados ao Parque Estadual do Sumidouro

A análise das entrevistas, conduzida de acordo com os objetivos específicos citados na Introdução deste artigo permitiu, então, compreender, por meio dos/as moradores/as locais, os sentidos sobre: 1) Paleontologia; 2) pertencimento ao território e ao patrimônio; e 3) a própria EA que emerge desses e nesses espaços. Assim, as análises discursivas são a seguir apresentadas nessa mesma ordem temática.

O patrimônio paleontológico permite a aproximação entre os segmentos da sociedade que não se encontram no ambiente acadêmico e os conhecimentos e saberes diversos, que partem da comunidade. Faz-se, assim, importante entender como os grupos em posição de privilégio/poder podem se beneficiar caso haja a invisibilização dos sentidos e saberes da comunidade, dificultando a que ela possa contestar seu lugar de pertencimento. Afinal, a colonialidade do saber pauta-se justamente na legitimação de determinados saberes em detrimento da exclusão de outros (Santos, 2009), algo reforçado pelo modo hegemônico como muitas vezes os saberes científicos são apresentados. Por outro lado, a luta pela decolonialidade, cara à Ecologia Política, traz, dentre suas propostas, o diálogo entre saberes populares e científicos, por meio de experiências sociais que se dão no mundo e que ajudam a romper barreiras historicamente construídas entre o popular e o científico.

Vejamos, a seguir, discursos que revelam tanto possibilidades de aproximação entre a Paleontologia e as memórias e histórias de moradores/as dos arredores do PESU, quanto uma desvalorização dos saberes e da participação da comunidade local, em um distanciamento que pode estar relacionado à colonialidade do saber (e também do ser e do poder). Começemos por Buriti e Jenipapo, um ex-monitor e um monitor voluntário do PESU, revelando o significado dos achados de Peter Lund para eles próprios e para a região. Para Buriti, “na Gruta (...) tem história. Inclusive, né, foi onde que começou a história, que o Peter Lund conheceu o Peter Claussen (...). A história é **fantástica**, do Peter Lund na nossa região (...)”. E Jenipapo nos diz:

Olha, é (...) dentro do que eu comentei aí sobre a minha vida com o parque. Esses fósseis são um **orgulho**, sabe? Um **orgulho** saber que eles foram descobertos aqui, (...), uma coisa muito boa. (...) Quando você chega ali no museu: “- Olha, Peter Lund esteve aqui, (...) encontrou esse fóssil aqui. (...) Então a Paleontologia (...) tem um significado muito grande, porque ela remete você a essa história (...). Então a paleontologia tem essa magia (...). (JENIPAPO).

Podemos observar que os dois sujeitos demonstram conhecimento tanto sobre aspectos da Paleontologia, quanto da história dessa ciência na região, com ênfase na figura de Lund. Buriti destaca um fato histórico importante que muitos desconhecem sobre a RGPL: os estudos de Peter Claussen, outro naturalista dinamarquês. Além disso, Buriti destaca achar “fantástica” a história de Lund na região, mostrando haver significado para ele, enquanto morador local. Jenipapo, por sua vez, mostra essa relação de uma forma ainda mais intensa, ao associar sua visão sobre a significância da Paleontologia à sua própria relação com o parque, o que nos

remete bastante ao sentimento de pertencimento (que será melhor abordado à frente) à história da região. Utilizando-se duas vezes do substantivo “orgulho” para se referir aos achados fósseis, demonstra conhecer e sentir a conexão entre história e memória da Terra, e nosso próprio passado.

Por outro lado, quando perguntamos a Tamboril, ex-gestor ambiental do parque, sobre o que a Paleontologia significa para a comunidade local em geral, tivemos como resposta o seguinte questionamento: “(...) Como traduzir isso pra um, pra um **nativo**? E dizer pra ele que isso é um assunto de interesse nacional e internacional, enquanto um patrimônio assim, a ser protegido, e que isso vale mais que o cavalo e o boi dele (...)?” (Tamboril).

É no sentido da pouca probabilidade de os saberes paleontológicos estarem presentes no cotidiano da comunidade local, que Tamboril distingue-se dos “nativos”, para se colocar em uma posição hierarquicamente superior em termos de conhecimento, embora seja nascido na região. Assim, vemos aqui o que interpretamos em nossa análise como estratégia ideológica da ‘Fragmentação’, que é a segmentação de indivíduos ou grupos que possam ser vistos como ameaça a grupos que têm uma certa posição privilegiada, pois têm voz ativa em processos decisórios. O que entendemos por ‘Fragmentação’ utiliza-se, aqui, da diferenciação (ênfatisando características de separação entre os grupos sociais), pois além de desconsiderar e invisibilizar os saberes locais em detrimento de valores e saberes que considera superiores, seu discurso age no sentido de fortalecer processos de origem colonial, hierarquizando os saberes e privilegiando o conhecimento científico em detrimento de outros saberes. Isso pode nos atentar a uma ideia talvez inculcada<sup>7</sup> pelos grupos com uma certa posição privilegiada em termos de acesso a informações ligadas ao conhecimento científico (como pesquisadores e gestores ambientais, por exemplo) que é apartada do contexto local.

Ademais, podemos pensar também na ‘Universalização’, que consiste na apresentação de interesses específicos como se fossem interesses gerais, como uma estratégia ideológica que poderia explicar a ideia de Tamboril (e outros sujeitos que também ocupam um papel considerado ‘científico’) sobre a necessidade de os conhecimentos científicos serem incorporados ao contexto local (mesmo que vindo de fora desse), ou seja, sob a forma de interesses gerais. Pode haver aí um potencial para que a colonialidade do saber reproduza modos coloniais de produzir conhecimento, invisibilizando a compreensão do mundo a partir de experiências locais e minando, também, o sentimento de pertencimento ao território e ao patrimônio. Afinal, como defende Resende (2019), as próprias escolhas discursivas podem estar associadas a essa colonialidade, sendo por sua vez relacionada à reprodução de modos de produzir conhecimento e modos de pensar tipicamente coloniais impedindo nossa compreensão do mundo a partir de experiências locais e epistemes do mundo em que vivemos (Resende, 2019).

---

<sup>7</sup> Para Fairclough, inculcar é “fazer com que as pessoas assumam discursos, posicionando-se dentro deles, agindo, pensando, falando e se vendo nos termos dos novos discursos. Surgem, então, novas posturas, novos movimentos (novos modos de ser e de agir)” (Fairclough, 2001, p. 280).

Vemos, também, que essa universalização de ‘verdades’ é parte de um processo em que a colonialidade do poder, comumente presente no discurso de gestores de UCs e órgãos ambientais, juntamente com a colonialidade do saber (determinando o tipo de conhecimento que se deve dar nesses espaços), impacta nas representações dos atores sociais, ou seja, na colonialidade do ser. Reconhecer discursos que sustentam o tripé da colonialidade (do ser, do saber e do poder) nos permite reconhecer onde se coloca o trabalho ideológico, no sentido de ajudar na luta contra-hegemônica, já que isso contribui para que possamos refletir para uma consciência emancipatória (Resende, 2019).

Discutiremos, agora, sentidos que insinuam conexões entre sentimentos de afeto e pertencimento ao local, até mesmo em sua relação com o turismo e ao que por ele é incentivado. Muito ligado à questão afetiva e ao autorreconhecimento enquanto parte do meio, o pertencimento aparece não apenas no discurso dos/as entrevistados/as que são oriundos/as da região, mas também no daqueles/as que nela residem há muitos anos, como é o caso de Jenipapo, que está há 3 décadas na Lapinha, travando relações profissionais e de militância pela questão socioambiental.

Embora tenha diferentes definições, o pertencimento pode ser considerado, pela geografia cultural, como o sentimento de apego que mantém coesa uma comunidade com seu território. Para Cardoso et al. (2017, p. 89), pertencimento é “olhar e reconhecer-se” como parte de uma sociedade com características culturais próprias. Relaciona-se, portanto, às experiências singulares, que podem ser vividas em certo lugar, inclusive as relações conflituosas, que podem fazer com que sejam destruídos os elementos que ligam uma comunidade ao seu lugar (Cardoso et al., 2017).

Para Jenipapo, o parque significa “uma coisa **maravilhosa**. É um aprendizado muito grande que eu tenho (...) com pessoas de diversas culturas (...). É de muita **importância**, muito grande mesmo. (...) Eu tento estar lá (...) participando, ver a chegada e a saída das pessoas” (Jenipapo). Jatobá nos diz que acha o parque muito importante, “questão de preservação a gente sabe, a gente tem cavernas, a gente tem vegetação. Assim, eu acho **maravilhosa**. Então, pra mim, eu sei a **importância** que o parque tem, eu vejo a importância” (Jatobá).

Nos dois segmentos acima, Jenipapo e Jatobá, ambos monitores ambientais do PESU, mostram ter uma relação muito próxima e amistosa com o PESU. Sentimentos que remetem ao afeto, como “significa uma coisa maravilhosa”, “eu acho maravilhosa”, emergem associados ao substantivo feminino “importância”, reforçando essa ideia.

Em outros segmentos, porém, identificamos que a relação de pertencimento dos/as moradores/as dos arredores para com o PESU pode estar permeada por um discurso que, em nossa interpretação, relaciona-se à estratégia ideológica da ‘Fragmentação’, pois separa aqueles que detêm conhecimento sobre o parque, dos moradores ‘comuns’. Isso é reforçado de forma mais clara no segmento discursivo de Jatobá, quando diz: “Mas, assim, tem que visitar para conhecer, porque o pessoal da comunidade realmente não visita. São pouquíssimas as pessoas que vêm” (Jatobá). Nesse mesmo sentido, Macaúba também defende que:

(...)A gente tem níveis diferentes (...) de pertencimento. Alguns(...) têm **aversão** ao patrimônio, por gerar esse impedimento. É independente, muitas vezes, do nível de escolaridade, mas acho que tá relacionado com o nível de interferência que esse patrimônio tem no dia a dia dessas pessoas, especialmente na geração de renda. (MACAÚBA).

Nos dois segmentos acima, além da ‘Fragmentação’, fica insinuado, também, que a desvalorização e o fraco sentimento de pertencimento (ou, até mesmo, “aversão”), podem estar associados ao pouco incentivo para que as pessoas visitem o Parque, ainda que não haja cobrança de entrada para moradores/as. Talvez tal desvalorização da comunidade local enquanto parte desse espaço se revele na pouca inclusão, visibilidade ou mesmo em poucas oportunidades de trabalho que estejam relacionadas, de alguma forma, à atividade turística no PESU.

É importante reforçarmos a relação que Macaúba, analista ambiental e pesquisadora oriunda de Belo Horizonte, aponta entre o sentimento de não pertencimento ao PESU e o seu processo de implantação (e gestão) não participativo, que gera, em nossa interpretação, discursos de ‘Fragmentação’, com alguns grupos sendo colocados como inimigos (tanto o PESU, na visão de muitos/as moradores/as locais, quanto os/as próprios/as moradores/as, na visão de alguns gestores/as).

Outro exemplo de como o pertencimento se dá de modos diferentes pode ser visto no discurso de Ingá, ex-gestor ambiental da APA Carste de Lagoa Santa, que habita a região da APA desde 2002. Ele defende ter um senso crítico que foi importante ao processo de zoneamento da APA e sua regularização de acordo com o Plano de Gestão (informações que nos foram apresentadas durante sua apresentação no início da entrevista). Segundo o ex-gestor:

Eu percebo esse sentimento de pertencimento muito na região da Lapinha. (...) A comunidade local é muito... **sentem aquilo como se fosse deles mesmo**, certo? (...) E às vezes, assim, **cidadão, pessoa humilde, sem muita instrução escolar**, essa coisa toda, sabe? Mas tem aquilo, um negócio, **como se fosse deles mesmo**, e se envolvem e tudo mais. (INGÁ).

O segmento desvela algumas forças hegemônicas atuantes na região. Quando Ingá diz que os moradores “sentem aquilo como se fosse deles mesmo”, repetindo a frase ao final do segmento, percebemos que ele incorpora o discurso de pertencimento da comunidade para, então, negá-lo. Afinal, a escolha da conjunção “se” traz um significado pejorativo à afirmação de que o patrimônio pertence à comunidade. Também nos parece ser pejorativo o modo como Ingá menciona o pertencimento sentido pelo “cidadão, pessoa humilde, sem muita instrução escolar”. Essa ideia vai, justamente, no sentido oposto àquele produzido por Macaúba, revelando-nos, aqui, uma possível operação da ideologia pela ‘Fragmentação’ (principalmente, ‘Diferenciação’), que influencia o afastamento de alguns sujeitos em relação ao seu próprio patrimônio, tendo seus saberes desvalorizados em prol de um conhecimento ‘científico’.

Para Guimarães (2021), as relações que valorizam as trocas de saberes são importantes para pensarmos na superação da atual crise ambiental, por desfazerem armadilhas e desvelarem realidades que mantêm fragmentações (a exemplo da hierarquização de conhecimentos). As fragmentações, por sua vez, enfraquecem as relações e favorecem processos opressores, os

quais podem levar a injustiças. Questões socioambientais locais podem ser relacionadas a uma disputa de interesses associada à insatisfação e remoção de moradores locais, bem como a destruição de seus modos de vida, fazendo com que muitas pessoas venham perdendo seu sentimento de pertencimento desde a implantação do Parque. Alguns grupos são assim invisibilizados em situações de injustiça socioambiental. Vejamos essa situação no discurso de Jatobá: “Teve muito conflito pelo seguinte: a gente usava a lagoa, então, assim, a gente pescava, a gente nadava, e o parque acabou fechando, né, a lagoa foi fechada, então isso gerou **muito conflito** com a comunidade, inicialmente” (Jatobá).

Vemos, assim, que a visão dos/as moradores/as sobre o processo inicial de implantação do Parque foi negativa, com potencial para a geração de conflitos relacionados à UC. Isso é reforçado com o uso do advérbio de intensidade “muito”, associado ao substantivo “conflito”. Essa situação que levou à insatisfação deveu-se justamente à incompatibilidade de objetivos entre o processo de criação do Parque (do modo como se deu) e o uso que a comunidade fazia da área, de uma forma diretamente ligada ao seu modo de vida, o que vemos por meio da escolha de uso dos verbos na primeira pessoa do plural do pretérito imperfeito do indicativo em: “a gente usava”, “a gente pescava”, “a gente nadava”, seguidos da afirmação de que o parque impossibilitou a continuidade desses usos, já que “acabou fechando” o acesso à comunidade.

Por outro lado, temos os discursos dos ex-gestores ambientais, muito diferentes dos discursos da comunidade em geral. Ingá, por exemplo, diz que “(...) quando o Estado começou a executar a implantação do parque, criou um **problema com a comunidade**, porque **não estava acostumada àquilo. Tinha gente perdendo suas propriedades** (...) e isso provoca um caos, né?” (Ingá). Para Tamboril, “a Lagoa do Sumidouro era um local de muito pescador, (...) um pasto cheio de cavalo e boi, aquela coisa toda, e foi muito mutirão, conscientização também” (Tamboril).

No discurso de Ingá, a escolha do substantivo “problema” no lugar de “conflito”, ou “disputa”, como utilizaram as demais entrevistadas, nos faz pensar em modos de ‘dissimulação’, em negação ou ocultamento de processos de dominação. Isso porque a palavra “problema” aparece com certo deslocamento de significado, já que pode remeter a um assunto controverso ou, ainda, algo que não é passível de solução. Depois, ao dizer que “a comunidade não estava acostumada àquilo”, invisibiliza as desapropriações e o sentimento de injustiça por parte dos/as excluídos do processo de implantação do parque, tratando como natural que a comunidade inicialmente tivesse seus receios.

Percebemos que em seu discurso parece haver um modo de operação da ideologia sob a dissimulação de possíveis relações conflituosas, já que no lugar de utilizar o termo “desapropriação”, Ingá opta por construir seu discurso com “tinha gente perdendo suas propriedades”, e no lugar de utilizar “conflito”, ele escolhe “caos”. Assim, além de uma possível ‘Reificação’ (que retrata como natural e permanente uma situação que, na verdade, é transitória), por trazer o conflito em seu discurso como natural, identificamos também a ‘Racionalização’ para legitimar uma forma de ‘Dominação’ (sobre a vontade e a liberdade da comunidade). Já no discurso de Tamboril, acima, vemos a narrativização, quando o entrevistado

apresenta aspectos passados de modo a justificar um raciocínio que mostre a necessidade de desapropriação dos/as moradores/as do entorno da UC.

Com pouca (ou nenhuma) participação nos processos decisórios, a comunidade, em geral, vê-se apartada do PESU, até mesmo em relação aos benefícios do turismo, o qual ainda se dá de um modo essencialmente mercadológico, com o afastamento do/as moradores/as locais devido, especialmente, à burocratização do direito de ocuparem os espaços turísticos para a obtenção de renda (Silva, 2022). Tal afastamento em relação ao turismo pode ser ainda intensificado pelo processo de concessão desses espaços ao setor privado, por meio do Parc. Afinal, como defendem Botelho e Rodrigues (2016), ainda que muitas regiões possuam potencial para a compatibilização entre conservação dos bens naturais e valorização do patrimônio, o que comumente se vê com as concessões é um serviço bem distante do turismo que poderíamos considerar como comunitário.

Isso nos leva a pensar no potencial da aproximação entre Ecologia Política e EA (e, portanto, na afinidade com a Justiça Ambiental), para discutir e problematizar a gestão pública das UCs, pois como defendem Layrargues e Puggian (2016), a militância acadêmica aliada à intencionalidade educacional e o compromisso social são essenciais ao fortalecimento da luta contra-hegemônica e da luta contra forças antiecológicas, com base na participação das comunidades locais nesse processo, já que esses sujeitos muitas vezes dependem diretamente desses espaços em relação aos seus modos de vida. É por meio de uma EA com compromisso social, ou seja, uma EA aliada à luta pela terra e pela gestão participativa do ambiente natural, que vemos sendo descortinados conflitos e injustiças ambientais relacionados a um modelo de desenvolvimento econômico desigual e excludente, que oprime os grupos mais vulneráveis, por vezes expulsando-os de seus territórios e invisibilizando seus modos de vida (Layrargues; Puggian, 2016). Como nos lembra Leff (2021):

Grandes áreas são transformadas em unidades de conservação (...), ignorando o fato de que esses territórios que permaneceram à margem do mercado abrigam as maiores riquezas naturais em água e biodiversidade do planeta, tendo sido historicamente habitados por populações tradicionais – indígenas, camponeses e quilombolas - que os preservaram como patrimônio natural e cultural. (LEFF, 2021, p. 436).

Pensando em processos de resistência e na luta contra-hegemônica, para que a comunidade local seja reconhecida e valorizada, acreditamos no potencial da EA para o desvelamento de situações de injustiça socioambiental visando o anúncio de possibilidades outras, no sentido de uma decolonialidade do saber. Portanto, discutimos, a seguir, com a EA vem tomando parte nesses espaços, bem como seus potenciais emancipatórios para as situações de injustiça.

Como a EA é um campo de pesquisas e de conhecimento de diferentes perspectivas e cosmovisões, ela também se serve da linguagem enquanto resistência, denunciando injustiças e opressões. Assim o ponto de partida ético da união entre EA e ACD é uma análise das desvantagens sociais, desvelando os efeitos ideológicos dos textos sobre as práticas sociais.

Delimitamos aqui alguns segmentos discursivos sobre processo educativos, como o de Jatobá: “(...) Sempre tem trabalho de Educação Ambiental com as escolas do entorno. (...) A gente segue o **calendário anual de comemorações**. Então assim, por exemplo, tem semana do meio ambiente (...). Cada ano tem uma atividade diferente, e isso é muito bacana (Jatobá)”. Nesse segmento, vemos que o foco das escolas do entorno do PESU parece ser ainda em datas comemorativas, seguindo o padrão reprodutivista e neoliberalista de uma EA ainda conservadora, com pouca criticidade, à parte da complexidade socioambiental. Esse caso sugere que a educação tem sido vista como uma transmissão de informações dentro de um sistema que não desenvolve as potencialidades intelectuais, amorosas, naturais e espontâneas (Sarria et al., 2018). Isso é corroborado pelo discurso de Macaúba, abaixo:

(...) Integrei durante muito tempo o grupo da Educação Ambiental Crítica dentro do IBAMA e a gente sofreu demais (...). Infelizmente ainda fica muito restrito a alguns grupos que **não têm ressonância** (...) A questão não é trazer uma discussão ideológico-política, que também é. Mas **mostrar que a natureza não pertence a um grupo**. E não pode ser apropriada por um grupo e ser disseminada para todos os demais como se fosse a verdade (MACAÚBA).

Especialmente, vemos que Macaúba fala sobre questões políticas e ideológicas, em um contexto em que é cerceada pelas pressões de grupos em posição de privilégio (mesmo estando ligada a um órgão ambiental). Em seu discurso, ela traz a intertextualidade por meio da representação de atores sociais, mostrando o silenciamento de suas tentativas de uma abordagem mais crítica da EA. Trazendo o substantivo “ressonância” (remetendo a repercussão), precedido pelo advérbio de negação, ela chama atenção para o modelo educacional reprodutivista, “pautado pela pedagogia do consenso da ideologia do ambientalismo de mercado como estratégia da manutenção da hegemonia burguesa” (Layrargues, 2018, p. 28).

Por outro lado, vemos no discurso do ex-gestor ambiental Tamboril a preocupação quanto à contextualização dos conteúdos em EA, de modo que fiquem mais acessíveis ao público:

(...) Durante a minha gestão, a gente tinha umas **atividades com uma pegada ambiental e educativa, para o pessoal da comunidade e do parque** (...). Eventos no sentido de **promover a importância da região, nesse viés educativo**. (...) Outra questão é essa nossa dificuldade, assim, já no parque do Sumidouro também, ao trabalhar aspectos relacionados à EA, a questão da própria mediação dos monitores, tem a ver com os conteúdos, sabe? De tentar destripar conteúdos **palatáveis para o público**, porque aquilo que é muito acadêmico, científico... sabe? Então esse também é um **desafio da região**, meio que como você traduzir um tesouro. (...). (TAMBORIL).

Assim, encontramos um potencial para esforços contra-hegemônicos que levem em conta, na política educacional, a luta pela transformação da realidade, já que os grupos em uma posição privilegiada podem apropriar-se dos conhecimentos, tentando impor uma situação permanente de dominação até mesmo quanto à inserção de conhecimentos descontextualizados e sem sentido para a cultura e os modos de vida das comunidades locais, em prol de ‘conhecimentos’ científicos (Layrargues; Puggian, 2021). Tamboril aponta, assim, a

importância de uma maior aproximação entre a EA e o sujeitos envolvidos no Parque. Considerando um “desafio” para a região, ele defende o potencial da área para a expansão de uma EA que tenha como perspectiva a aprendizagem pelas trocas, favorecendo a transformação e o pensamento contra-hegemônico reflexivo e crítico. Ou seja, podemos perceber esse sujeito indo em uma direção transformadora/de enfrentamento no que diz respeito às forças antiecológicas que existem sob a forma do avanço do interesse capitalista na região.

Copaíba, ex-monitora ambiental atuante em movimentos socioambientais locais, também mostra uma preocupação similar, ao dizer que: “certos espaços têm que abrir mais. Ser usado, tanto pro educativo, quanto pra curiosidade, pra quem vai herdar esses espaços que estão sendo preservados só pra cientista (alguns espaços nem cientista pode ir mais)” (Copaíba). Vemos, portanto, uma semelhança entre os discursos de Macaúba, Tamboril e Copaíba quanto aos desafios a uma maior abertura do Parque para a comunidade como um todo, no lugar de separar o que é de acesso à ciência e o que é de acesso público.

E é pensando nesses desafios, na ainda existente marginalização de outros modos de ser e de estar no mundo em prol de uma ciência essencialmente desenvolvimentista, que olhamos para força desses segmentos discursivos como crítica e denúncia a injustiças presentes na região onde um rico patrimônio paleontológico se encontra. Isso, em uma conjuntura em que se mostra necessária uma EA não apenas crítica, mas de base comunitária, com significado para a própria comunidade.

O próprio uso público de territórios de UCs carece ainda de discussões e problematizações, já que essa questão se faz atual e importante aos diversos atores que se relacionam nesses espaços. Assim, a EA pode se mostrar um modo de pensar e discutir o ordenamento territorial e ambiental, fortalecendo a compreensão da realidade no sentido da luta por sua transformação, em articulação e diálogo sempre com a comunidade do entorno, minimizando os conflitos de interesse e trazendo a reflexão (e ação) quanto à importância do patrimônio social e ambiental.

### 3. Considerações finais

Em meio a uma crise ambiental global, encontramos-nos imersos/as em uma diversidade de problemas socioambientais para os quais é importante olharmos, o que inclui o contexto dos geossítios brasileiros. Seguindo a proposta deste artigo, convidamos os/as leitores/as a pensarem na aproximação entre a Paleontologia, o sentimento de pertencimento ao território paleontológico e a EA, por meio de discussões caras à Ecologia Política.

Por meio dessa aproximação, trazemos à tona os processos de opressão por parte de grupos em uma posição privilegiada em relação ao acesso ao conhecimento científico e a participação em processos decisórios ligados a territórios de importância paleontológica que possam interferir na dinâmica das comunidades dos arredores da RGPL, especialmente onde se localiza o PESU. Para a área, estudos mostram que, embora o patrimônio paleontológico tenha

uma relevância histórica e científica a nível mundial, nas últimas décadas vêm se dando processos locais de desigualdades.

Ao dirigirmos nosso olhar para essa conjuntura, acionamos a ACD para entendermos não apenas os processos opressores e de injustiça, mas também as possibilidades para mecanismos de contestação. Desse modo, pudemos analisar os discursos locais nesse território de importância paleontológica que enunciam os sentidos dos/as moradores/as sobre a Paleontologia, o pertencimento ao patrimônio, e suas relações com a EA.

Assim, foi analisando os discursos dos/as diferentes entrevistados/as, que criamos temáticas e selecionamos segmentos discursivos para este estudo que pudessem nos mostrar aspectos-chave para o entendimento dos sentidos, os quais nos propusemos a analisar. Isso, por meio de uma análise lexical, da intertextualidade e também dos modos de operação da ideologia.

Pudemos, então, compreender a intertextualidade por meio da representação discursiva de atores em posições científicas de maior poder/privilegio, como órgãos ambientais gestores. Vimos que a ideologia opera por diferentes modos em distintos grupos sociais. Assim, alguns discursos mostram, por exemplo, como podem ser inculcadas ideias relacionadas à hierarquização dos conhecimentos, ou mesmo a uma EA acrítica. Outros discursos mostram como grupos no poder podem contribuir para a manutenção das dicotomias entre sociedade e natureza; entre comunidade local e ciência/turismo/valorização do patrimônio/acesso aos bens ambientais; bem como para a manutenção das desigualdades e opressões.

Mas é na luta contra-hegemônica e na resistência, que também encontramos discursos que nos mostram as frestas e rachaduras por onde a EA crítica e a transformação social (junto à valorização da Paleontologia enquanto parte da vida, do patrimônio e do pertencimento dos/as moradores/as locais), podem semear e crescer. Discursos que nos mostram ser possível contestar e superar outros discursos, os quais limitam a natureza a um recurso, subalternizando, as potencialidades e necessidades comunitárias, além dos saberes e os modos de vida tradicionais locais.

Assim, as rotas que percorremos e os discursos que analisamos nos fizeram perceber que, embora haja situações de injustiça vividas nesses locais, há espaço para possibilidades contra-hegemônicas. Defendemos, assim, a importância, dentre outros aspectos, de uma EA crítica e de base comunitária, como caminho para promover Justiça Ambiental e justiça histórica, em uma região que se mostra fértil e potente à tessitura de novas realidades, tendo a luta ambiental como instrumento político e de ação comunitária.

## Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. (Trad. Paulo Bezerra). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BOTELHO, Eloise Silveira.; RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira. Inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 2, p. 280-295, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1202>. Acesso em: 04 set. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BULLARD, Robert. Ética e racismo ambiental. **Revista Eco 21**, n. XV v. 98, 2005. Disponível em: [https://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/textos\\_educativos/etica\\_e\\_racismo\\_ambiental.html](https://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/textos_educativos/etica_e_racismo_ambiental.html). Acesso em 04 set. 2024.

CARDOSO, Diogo.; CURA, Sara.; VIANA, Willian.; QUEIROZ, Luiz.; COSTA, Maria. Espacialidades e Ressonâncias do patrimônio cultural: reflexões sobre identidade e pertencimento. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n.11. p. 83-98, 2017. Disponível em: <http://cegot.org/ojs/index.php/GOT/article/view/2017.11.004>. Acesso em: 04 set 2024.

CARVALHO, Ismar S. **Paleontologia**. v.1. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse: Textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

GUIMARÃES, Mauro. Educação e Saúde sob o olhar de populações tradicionais. In: GUIMARÃES, Mauro.; ALMEIDA, Adilson.; COSTA, Fábio. **Curso Educação Ambiental de Base Comunitária e Ecologia Política na América Latina**. GEASUR, FIOCRUZ. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8Q5sr83DG1Y>. Acesso em: 04 set. 2024.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Subserviência ao capital: Educação Ambiental sob o signo do antiecológico. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 13, n.1, p. 28-47, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18675/2177-580X.vol13.n1.p28-47>. Acesso em: 04 set. 2024.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Pandemias, colapso climático, antiecológico: Educação Ambiental entre as emergências de um ecocídio apocalíptico. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v.15, n.4, p. 1-30, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/revbea.2020.v15.10861>. Acesso em: 04 set. 2024.

LAYRARGUES, Philippe Pomier.; PUGGIAN, Cleonice. Convergências na Ecologia Política: Quando a Educação Ambiental abraça a luta por Justiça Ambiental. **Pesquisa em Educação**

**Ambiental**, v. 11, n.2, p. 72-82, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18675/2177-580X.vol11.n2.p72-82>. Acesso em: 04 set. 2024.

LEFF, Henrique. **Ecologia Política**: da desconstrução do capital à territorialização da vida. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

MARTÍNEZ-ALIER, J.M. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MEIRA, Suedio Alves.; BRITO, Denise da Silva.; MORAIS, Jader Onofre de. Interpretação ambiental e geodiversidade: proposta de um Painel Interpretativo sobre o Geossítio Pedra Furada, Parque Nacional de Jericoacoara, Ceará. **Revista Espaço Aberto**, PPGG-UFRJ, v. 6, n. 2, p.9-27, 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/316555038\\_Interpretacao\\_Ambiental\\_e\\_Geodiversidade\\_PPropost\\_de\\_um\\_Painel\\_Interpretativo\\_sobre\\_o\\_Geossitio\\_Pedra\\_Furada\\_Parque\\_Nacional\\_de\\_JericoJerico\\_Ceara\\_Environmental\\_Interpretation\\_and\\_Geodiversity\\_Proposa#fullTextFileContent](https://www.researchgate.net/publication/316555038_Interpretacao_Ambiental_e_Geodiversidade_PPropost_de_um_Painel_Interpretativo_sobre_o_Geossitio_Pedra_Furada_Parque_Nacional_de_JericoJerico_Ceara_Environmental_Interpretation_and_Geodiversity_Proposa#fullTextFileContent). Acesso em: 04 set. 2024.

PADOAN, Lucas de Lima Fernandes.; SOUZA, Leonardo Vasconcelos de. Contexto Socioambiental do Parque Estadual do Sumidouro, APA Carste de Lagoa Santa, MG. **Uso Público em Unidades de Conservação**, n.1, v. 1, p. 86-97, 2013. Disponível em: [https://periodicos.uff.br/uso\\_publico/article/view/28718/16661](https://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/28718/16661). Acesso em: 04 set. 2024.

RAMALHO, Viviane.; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica**: o texto como material de pesquisa. Coleção Linguagem e Sociedade, v.1, Campinas: Pontes Editores, 2011.

RESENDE, Viviane de Melo. **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

SANCHO-PIVOTO, Altair; RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira.; BOTELHO, Eloise Silveira.; MARTINS FONSECA, Virgínia. O processo de concessão no Parque Estadual do Ibitipoca (MG): questões preliminares sobre controle social das parcerias para o turismo. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 15, n.4, p. 730-748, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/13998/9871>. Acesso em: 04 set. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Una epistemologia del Sur**. Clacso Coediciones, 2009.

SARRIA, Jairo Andrés Velásquez.; PELACANI, Bárbara.; ESPINOSA, Gloria Marcela Flores.; RENAUD, Daniel.; SÁNCHEZ, Celso. La Educación Comunitaria: Reflexiones, Problemáticas y Retos. In: KASSIADOU, Anne; SÁNCHEZ, Celso.; CAMARGO, Daniel Renaud.; STORTTI, Marcelo Aranda.; COSTA, Rafael Nogueira. (Orgs.). **Educación Ambiental desde el Sur**. Macaé: UFJR e Nupem Editora, 2018, p. 43-67.

SILVA, Camila N. **Nos caminhos de Lund**: Significações sobre Paleontologia e Educação Ambiental. 2022. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022.

SILVA, Camila Neves.; COSENZA, Angélica. Paleontologia e Justiça Ambiental: tecendo conexões através da Ecologia Política. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 24, p. 1-18, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200089r2vu2021L3AO>. Acesso em: 04 set. 2024.

TATAGIBA, Fernando. O roteiro veredas e as plantas de Grande Sertão: Veredas: Nota de Etnobotânica literária da III Expedição Caminhos dos Geraes. **Revista Verde Grande: Geografia E Interdisciplinaridade**, v.1, n. 6, p. 45-53, 2008. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande/article/view/6015/6011>. Acesso em: 30/04/2024

THOMPSON, John. Brookshire. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

VIANA, Maria Somália Sales.; CARVALHO, Ismar de Souza. **Patrimônio Paleontológico**. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2019.

Recebido em setembro de 2024.  
Aprovado em maio de 2025.

Revisão gramatical realizada por: Carmem Lúcia da Costa Neves Silva  
E-mail: [cacalet@hotmail.com](mailto:cacalet@hotmail.com)